

Portaria nº 149, de 30 de dezembro de 1992

O Presidente-substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições que lhe confere o art. 83, inciso XIV e XV do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Minter 445, de 16 de agosto de 1989, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de agosto de 1989 e em atendimento ao disposto no art. 45 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965¹, com a nova redação dada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989, e considerando a necessidade de simplificar os procedimentos relativos ao registro e licenciamento das atividades ligadas à comercialização e uso de moto-serras, e tendo em vista o que consta no Processo Ibama sede/2.031/90, resolve:

Art. 1º. Ficam obrigados ao registro no Ibama, os estabelecimentos comerciais responsáveis pela comercialização de moto-serras, bem como aqueles que, sob qualquer forma, adquirirem este equipamento.

§ 1º. Para os efeitos desta Portaria, entende-se por moto-serra todo e qualquer equipamento utilizado para o corte de árvore e/ou madeira em geral, constituído de motor de combustão interna, sabre e corrente.

§ 2º. Para efeito de registro, o estabelecimento comercial será denominado comerciante e o adquirente de moto-serra, proprietário.

Art. 2º. Para efetivação do Registro de Comerciante ou Proprietário, o interessado deve preencher corretamente o formulário “Documento Único de Arrecadação — DUA²” adotado por este Instituto, o qual servirá como Certificado de Registro³.

§ 1º. Recolher junto a rede bancária autorizada a importância equivalente, para que o registro passe a ter validade.

§ 2º. As instruções para preenchimento do “Documento Único de Arrecadação — DUA”, para o caso específico que trata este artigo, encontram-se no Anexo a esta Portaria.

1 Vide Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, pág. 60, neste Tema.

2 Vide Portaria nº 2.345, de 29 de novembro de 1990, Tema 17: “Arrecadação/Cobrança”, pág. 1859.

3 Redação do artigo 2º e seus parágrafos dada pela Portaria nº 135, de 23 de dezembro de 1993.

§ 3º. O formulário de que trata o *caput* deste artigo estará à disposição dos usuários nas Unidades Descentralizadas do Ibama, nos revendedores de moto-serra, nos órgãos conveniados com o Ibama e na Rede Bancária Autorizada.

§ 4º. Apenas o comerciante de moto-serra sujeita-se à renovação anual do registro.

Art. 3º. Para cada moto-serra deverá ser preenchido um DUA — Documento Único de Arrecadação — conforme Anexo I Letra B, no qual deverá conter no campo 15, as informações discriminadas nas alíneas a seguir, sem prejuízo das informações referentes à identificação do interessado que deverão constar nos campos específicos do referido documento:

- a) a expressão “Licença para porte e uso de moto-serra — LPU”;
- b) o número da moto-serra; e
- c) a marca da moto-serra.

§ 1º. Após o recolhimento da taxa equivalente na rede bancária autorizada, o DUA devidamente preenchido e com a autenticação mecânica, será a “Licença de porte e uso de moto-serra — LPU” e terá validade de 2 (dois) anos a contar da data do pagamento.

§ 2º. A licença de que trata este artigo, deverá ser renovada a cada 2 (dois) anos, mediante os mesmos procedimentos.

Art. 4º. Os valores das taxas de Registro, bem como da LPU de que trata esta portaria, serão cobrados conforme discriminado a seguir:

• Registro/Renovação (Valores em UFIR)	Comerciante	Proprietário
Pessoa Física	15.77	15.77
Pessoa Jurídica	47.30	47.30

- Licença para Porte e uso de moto-serra — 5.26 UFIRs⁴

⁴ As taxas cobradas pelo Ibama estão expressas em Reais (R\$), conforme Tabela de Preços.

§ 1.º. Ficam isentas das citadas taxas, as Entidades Públicas Federais, Estaduais, Municipais e as reconhecidas legalmente como de Utilidade Pública, devendo estas entidades comparecerem ao Ibama, para obtenção do Registro e LPU.

Art. 5.º. Os fabricantes de moto-serras ficam obrigadas a imprimir em local visível no equipamento, numeração cuja seqüência deverá ser encaminhada à Diretoria de Controle e Fiscalização — Dircof do Ibama, até o dia 10 do mês subsequente ao final de cada semestre civil.

Art. 6.º. Os estabelecimentos comerciais enquadrados na categoria de Comerciante, na forma da presente Portaria, deverão encaminhar à Superintendência Estadual do Ibama, sediada no Estado de seu domicílio, relação das moto-serras comercializadas a cada semestre civil, onde deverá constar o número e data de emissão da nota fiscal de venda, o número de série e a marca da moto-serra.

Art. 7.º. A comercialização ou utilização de moto-serra sem o registro e/ou licença a que se refere esta Portaria constitui crime contra meio ambiente, sujeito à pena de detenção de 1 (hum) a 3 (três) meses e multa de 1 (hum) a 10 (dez) salários mínimos de referência⁵ e apreensão da moto-serra, sem prejuízo da responsabilidade pela reparação dos danos causados (§ 3.º, art. 45, Lei n.º 4.771/65).

Art. 8.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Portarias Normativas 1.052, de 4 de julho de 1990, n.º 1.088, de 10 de julho de 1990, n.º 2.228 de 6 de novembro de 1990 e 1, de 2 de janeiro de 1991.

Humberto Lacerda Cavalcante
Presidente-substituto

(DOU de 15.01.93)

5 A Lei n.º 6.025, de 29 abril de 1975 descaracterizou o salário mínimo como indexador, sendo instituído o Maior Valor de Referência — MVR

• O MVR foi extinto pela Lei n.º 8.177, de 1.º de março de 1991.

ANEXO⁶

Os campos do Documento Único de Arrecadação — DUA, devem ser preenchidos à máquina ou em Letra de Forma legível conforme instruções abaixo:

1 — O campo 1 e os de 5 a 11 devem ser preenchidos com os dados do interessado;

2 — No campo 2 deve constar o Código da Unidade/Convênio, que são os seguintes por Estado da Federação:

Descrição	Código	Descrição	Código
Acre	121201-0	Paraíba	401201-1
Alagoas	141201-9	Paraná	421201-1
Amapá	161201-8	Pernambuco	441201-0
Amazonas	181201-7	Piauí	461201-9
Bahia	201201-4	Rio de Janeiro	481201-8
Ceará	221201-3	Rio Grande do Norte	501201-5
Distrito Federal	241201-2	Rio Grande do Sul	521201-4
Espírito Santo	261201-1	Rondônia	541201-3
Goiás	281201-1	Roraima	561201-2
Maranhão	301201-8	Santa Catarina	581201-2
Mato Grosso	321201-7	São Paulo	601201-9
Mato G. do Sul	341201-6	Sergipe	621201-8
Minas Gerais	361201-5	Tocantins	641201-7
Pará	381201-5		

3 — O campo 3 não deve ser preenchido;

4 — O campo 12 deve conter:

Registro ou Renovação ou Licença conforme o caso;

5 — Os campos 13 e 14 não devem ser preenchidos;

6 — No campo 15 deve constar:

6.1 — Registro de comerciante de moto-serra ou Registro de proprietário de moto-serra, conforme o caso.

6.2 — No caso de licença para porte e uso de moto-serra, este campo deve ser preenchido conforme o art. 3º da Portaria nº 149-P, de 30 de dezembro de 1992.

7 — No campo 16 (código) deve constar um dos códigos a seguir, para cada caso:

⁶ Redação do anexo dada pela Portaria nº 135, de 23 de dezembro de 1993.

Registro de Comerciante de Moto-Serra	Código
Pessoa Jurídica	4381
Registro de Proprietário de Moto-Serra	Código
Pessoa Física	4391
Pessoa Jurídica	4391
Licença para Porte e uso de Moto-Serra	Código
	4407

7.1 — No caso de registro em mais de uma categoria, deve ser usado também o campo 19 com o código correspondente.